

TEOLOGIA MORAL E A PRÁTICA DOS CASAIS CATÓLICOS

Fr. Bernardino Leers OFM

RESUMO: Várias pesquisas de opinião demonstram que a grande maioria dos católicos, casais e pais, não aceitam a doutrina oficial sobre a “paternidade responsável”. Evitando qualquer solução cômoda e inspirado pelos textos do Concílio Vaticano II e seus autores principais, o A. procura analisar pistas teológicas: o princípio da Encarnação; a universalidade das consciências morais; a autonomia das realidades terrestres; os leigos no povo de Deus, protagonistas da ação no mundo. Pelo diálogo com os casais e a convergência dos posicionamentos, sob a luz dos Espírito Santo, abrir-se-á o caminho da solução.

PALAVRAS-CHAVE: sociologia e moral, encarnação, consciência moral, realidades terrestres e autonomia, laicidade, moral de convergência.

ABSTRACT: Several opinion based polls demonstrate that the great majority of catholics, couples and parents, do not accept the official doctrine concerning “responsible parenthood”. Avoiding any easy solution and inspired by the texts of the Vatican Council II and its principal authors, some theological clues are analyzed: the principle of the Incarnation; the universality of moral consciences; the autonomy of terrestrial realities; the laity in the people of God as protagonists of action in the world. Through dialogue with couples and through the convergence of stances under the guidance of the Holy Spirit, the way toward a possible solution may be opened up.

KEY-WORDS: sociology and moral, incarnation, moral conscience, terrestrial realities and autonomy, laity, moral of convergence.

Vários documentos recentes da Igreja expressam, direta e indiretamente, a atenção pastoral pela vida conjugal e familiar da maioria do povo de Deus¹. De fato, há muito motivo para esta preocupação contínua, pois o céu desta vida não está azul claro nem a terra lembra a parábola do semeador².

1. Crise e reforma

A palavra “crise” volta com frequência, quando as conversas do povo e a mídia tocam no assunto do casamento e da família nos tempos atuais. Argumentos para ligar o assunto à sombra da vida, à perda funcional e estrutural, à insegurança, ao fracasso não faltam nos tratados da sociologia e moral teológica. Pena é que a concentração na negatividade, que resulta a comparação com o passado idealizado, não deixa ver e analisar facilmente as tendências positivas que esta área humana apresenta em termos de realizações, tendências e aspirações que abrem um horizonte de libertação e esperança³. Pendurar suas harpas nas árvores e sentar-se na tristeza e depressão não estimulam os peregrinos, co-responsáveis da construção do Reino de Deus.

De fato, no século passado, reformas procederam em três direções, dos costumes sociais, do direito civil e da doutrina da Igreja católica. Sob a bandeira da emancipação da mulher, a relação entre homem e mulher mudou no casamento e na sociedade; práticas anticoncepcionais divulgaram-se, idealizando a imagem da família com dois filhos, eventualmente um caszinho; a instabilidade do casamento e a separação factual divulgaram-se com tolerância crescente para com o recasamento; as mulheres formam uma parcela cada vez maior da mão-de-obra nacional e projetam-se em funções sociais, econômicas e políticas, que eram tradicionalmente monopólio dos homens. Pragmaticamente, o direito civil adapta-se mais às mudanças nas práticas e opiniões popularizadas.

Também o povo de Deus reformulou suas atitudes para com a indissolubilidade do matrimônio e a regulação da natalidade. Sob o título da paternidade responsável, o número de famílias com muitos filhos dimi-

¹ Documentos: GS: *Gaudium et Spes*, HV: *Humanae Vitae*, FC: *Familiaris Consortio*; Medellín, Puebla, Santo Domingo; CNBB, documentos: 3,12, 18, 45, 48, 62, 71 e estudos 32, 65.

² Mt 13,4-8.

³ CNBB, doc. 71, 123 - b.; G. LIPOVETSKY, *Le crépuscule du devoir*, Paris: Gallimard, 1992; P. VALADIER, *L'anarchie des valeurs*, Paris: Albin Michel, 1997; A. GIDDENS, *Mundo em descontrolo*, Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2002; do A., *Família, casamento, sexo*, Petrópolis: Vozes, 1992; *Idem*, "Sagrada família ou política", *REB* 55 (1995) 87-104.

nuiu consideravelmente. O Concílio Vaticano II recolocou o amor conjugal na base do casamento e de sua evolução. Mais recentemente, o magistério romano tem mostrado uma tolerância limitada aos recasados em atividades pastorais. Não obstante, é evidente que a distância entre a doutrina oficial da Igreja e a prática dos casais e pais de família aumentou de tal modo que se pode falar de um “conflito duradouro”⁴.

O que em toda esta esfera de crises, reformas e conflitos chama a atenção é a politização da vida conjugal e familiar. A organização global real da sociedade impõe uma dependência limitadora nos casais e pais, especialmente nos pobres, de poucos recursos e sem voz. O sistema econômico e político real condiciona e pressiona muito mais o comportamento dos casais e famílias em suas necessidades e desejos. Emprego, salário, renda familiar, escola para os filhos, assistência à saúde, aposentadoria, infraestrutura urbana, construção de casa, preços das mercadorias, transporte e saneamento básico, comunicações, desde o telefone até as concessões de canais de rádio e televisão, propaganda comercial, possibilidades de lazer que condicionam o nível do bem-estar da população dependem, melhor, fazem depender da organização e estabilidade da economia e da política dos governos. Deficiências nestes macro-sistemas repercutem profundamente na vida de casal e familiar para o mal, especialmente dos pobres e excluídos.

2. Pesquisas de opinião

Costume humano, pesquisas de opinião conhecem seus usos e abusos, mas sem garantir a verdade sem mais nem menos, servem para ganhar uma visão geral sobre o que se vive entre o povo. Até os documentos do Concílio Vaticano II foram votados parte por parte, a fim de medir o consenso em números. Dados estatísticos sobre o comportamento dos fiéis na matéria do sexto e nono mandamento admitem uma visão ampla do que se vive entre o povo de Deus⁵.

⁴ F. BÖCKLE et alii, *Menschliche Sexualität und kirchliche Sexualmoral: ein Dauerkonflikt*, Düsseldorf: Patmos, 1977.

⁵ F. X. KAUFMANN, *Theologie in soziologischer Sicht*, Freiburg: Herder, 1973, pp. 12-20, 36-49; A. AUER, *Zur Theologie der Ethik*, Freiburg / Wien: Herder, 1995, pp. 113-129; R. M. MURARO, *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe*, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996; I. RIBEIRO / A. C. TORRES RIBEIRO, *Família e desafios na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Centro João XXIII, 1994, pp. 289-378; MOVIMENTO INTERNACIONAL DAS EQUIPES DE NOSSA SENHORA, *Evangelizar a sexualidade*, São Paulo: Loyola, 1995; L. RIBEIRO, *Sexualidade e reprodução*, Petrópolis: Vozes, 2001; K. M. CABRAL MEDEIROS, “Orientações ético-religiosas”, in: CERIS, *Do catolicismo na cidade*, São Paulo: Paulus, 2002, pp. 199-251; N. VALENTINI / C. de MEGLIO, *Il sesso in confessionale*, Veneza: Marsilio, 1973.

Há uns dez anos, o movimento internacional das Equipes de Nossa Senhora organizou, com ampla participação de casais brasileiros, um inquérito para conhecer as opiniões de seus membros sobre o sentido humano e cristão da sexualidade. Como era de esperar, o tom da síntese final é sereno e a diversidade das respostas enquadra-se na literatura crítica conhecida no Ocidente. Além do desejo de tratar com maior benignidade os divorciados, apresenta-se a idéia de que a doutrina moral não se pode limitar ao permitido *versus* proibido, mas há de sair da verdade do ser humano, do casal. Não fica claro nas respostas, se esta verdade é projeto ideal comum ou realidade concreta e diversificada. Também o termo “Igreja” parece mais representar a autoridade eclesial do que o povo de Deus do qual os casais ativamente participam.

A discrepância entre a doutrina tradicional e as opiniões dos casais manifesta-se abertamente quando o assunto abordado é a limitação dos filhos ou da paternidade/maternidade responsável. Neste respeito, os casais pedem à Igreja (autoridades) um esforço de compreensão, pois só os casais têm experiência nesta matéria. Mesmo assim, as opiniões estão divididas. A favor da posição do Magistério papal, declara-se apenas uma pequena minoria incondicionalmente. Mesmo se um casal não alcançar uma prática perfeita, pode contar com a misericórdia de Deus.

A grande maioria, no entanto, não segue esta afirmação e divide-se em dois grupos. Várias equipes pensam que a Igreja (o Magistério) não tem nada a interferir para impor regras. A resposta mais dura é: “Parece-nos muito chocante que o ensinamento da Igreja seja formulado por homens que vivem no celibato e não vivenciam diretamente a experiência do matrimônio”. A queixa freqüente é de que a Igreja é dura demais, pouco realista e pouco compreensiva; sua doutrina está defasada e cria um clima de angústia e sofrimento. A maioria das equipes, porém, tem opiniões mais matizadas: a linguagem dos documentos é difícil demais; condenar não é papel da Igreja; como preencher o hiato entre o discurso do Magistério e a prática dos casais? Afinal de contas, a Igreja prega um ideal a procurar e não uma regra que todos devem observar sob pena de pecado. A consciência bem formada do casal há de decidir.

Recentemente foi feita uma pesquisa cuidadosa e importante nas seis maiores cidades metropolitanas do Brasil entre católicos (e não-católicos – mas estes ficam fora desta reflexão) no que diz respeito às suas opiniões pessoais e o que esperam do desempenho de sua Igreja. A força sugestiva dos resultados transcende as áreas escolhidas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, porque são todos centros de irradiação cultural pelo interior. Pelas emissoras de rádio, canais de televisão, revistas ilustradas e, evidentemente, pelas relações familiares, estes centros divulgam suas mensagens pelo país, por meio das novelas, reportagens e entrevistas. Para o povo em geral, meios preventivos não são

novidades; estão em todas as farmácias à venda e são fornecidos gratuitamente em postos de saúde. Esterilização de mulheres no Nordeste é estatística no jornal. Aborto não é monopólio da metrópole, nem divórcio, nem recasamento, nem relações sexuais fora do casamento. Por isso, esta pesquisa tem valor representativo da população católica do Brasil inteiro.

Abstraindo das percentagens e diferenças entre as cidades, a pesquisa conclui que, ao menos em certos pontos, muitos católicos não seguem mais a doutrina ético-religiosa de sua Igreja. Uma grande parte dos entrevistados aceita o planejamento familiar, os meios anticoncepcionais, o sexo antes do casamento, o divórcio civil e o recasamento. A novidade aqui não é o fato de que pessoas católicas fazem estas coisas, pois amantes, concubinas, prostituição, anticoncepção pertencem à história do povo. Agora trata-se de uma atitude nova, em que católicos distanciam-se, em sua conduta, das normas em vigor na Igreja, e mantêm sua consciência mais ou menos tranqüila. Sua pertença e identidade continuam, mas em certas questões da sexualidade há oposição à doutrina do Magistério. Ao contrário, aborto, homossexualismo e adultério continuam tabu entre os católicos. Isso não quer dizer que não são cometidos. Apenas se confirma que as normas da Igreja a respeito são aceitas em tese, pois os poucos dados quantitativos do aborto demonstram uma freqüência alta, mas o problema fica embaixo da mesa.

A expectativa de muitos entrevistados é que a autoridade eclesiástica abra-se ao diálogo e ao debate, assuma mais o papel de pedagoga, orientadora da conduta dos fiéis e não imponha sua visão de forma tão negativa e proibitiva. Atrás das divergências entre as opiniões da maioria e o posicionamento oficial da Igreja, parece funcionar mais do que uma defesa da vida privada contra as imposições do Magistério, a saber, o apelo às consciências morais que hão de tomar suas decisões responsáveis nas situações concretas em que os agentes morais estão envolvidos. O rebanho silencioso do povo de Deus de outrora tornou-se mais maduro e quer ser ouvido pelas autoridades instituídas. Em questões de intimidade pessoal, a imposição de fora deve estar aberta ao diálogo respeitoso e à compreensão mútua.

Estas pesquisas encaixam-se no quadro, conhecido na literatura internacional, de críticas à doutrina do Magistério na área da sexualidade. Aqui entram a história curiosa da redação da *Humanae Vitae* e os muitos comentários a respeito da encíclica; entram as muitas críticas, até amargas, da encíclica *Veritatis Splendor*; entram as condenações de estudos de teólogos moralistas que tentaram novos caminhos nesta matéria; entra a pesquisa, evidentemente condenada, de jornalistas que gravaram as suas conversas com padres em confessionários da Itália, e que demonstram a diversidade, a insegurança e os contrastes nos juízes, orientações e atitudes entre o clero na práxis pastoral.

Que os padres, confessores e orientadores morais profissionais, estão realmente numa encruzilhada, inseguros entre a doutrina oficial e a práxis mui variada dos fiéis, a pesquisa de Lúcia Ribeiro o demonstra claramente. Seu trabalho em profundidade por meio de longas entrevistas é limitado à Baixada Fluminense, mas seu valor emblemático ultrapassa de longe este espaço pequeno. Diante da problemática real da sexualidade e da reprodução de que os ministros pastorais tomam conhecimento, as atitudes oscilam entre três modelos: a insistência fiel nas normas autenticadas da Igreja, a estratégia do silêncio que praticamente devolve os problemas e dúvidas às consciências morais dos jovens e dos casais, e o que ela chama, a orientação contextual em que não só as normas entram no balanço da decisão responsável, mas igualmente as situações e condições de vida das pessoas com suas possibilidades reais.

Na história, o ensinamento oficial da Igreja sobre a sexualidade humana não se mostra imóvel, imune às mudanças dos costumes, mentalidades e avaliações morais dos povos. Uma simples comparação entre a *Casti Connubii*, de Pio XI, a *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II e a *Familiaris Consortio*, de João Paulo II, com resultados do Sínodo dos bispos de 1980⁶ já mostra que a idéia de que “a Igreja não muda” sai da órbita histórica. Não obstante, na realidade o campo sexual constitui uma “área de sombra” mais ou menos silenciada, em que o hiato entre o que a hierarquia formula e o povo de Deus vive e pratica, fica como que camuflado. Parece que o caráter íntimo da vida sexual leva a pôr um véu de pudor sobre as muitas controvérsias, dilemas, incertezas e decisões opostas na práxis. As mudanças ocorrem; a reflexão vem passo a passo atrás.

A análise crítica de Lúcia Ribeiro é uma prova precisa da situação apertada e insegura do clero entre a rocha da Igreja papal e o redemoinho da vida real do povo de Deus, os fiéis. Evidentemente, estes sofrem mais, porque eles têm que tomar as decisões responsáveis em sua caminhada para Deus. Mas, em seu serviço pastoral, muitos sacerdotes sentem-se oprimidos de dois lados, navegando entre a fidelidade à doutrina que aprenderam e a fidelidade à parcela dos fiéis de cuja vida são corresponsáveis. A pressão de cima é representada pelo poder hierárquico que costuma repetir o que todos já sabem; a pressão de baixo vem de leigos solteiros e casados que procuram a Deus dentro dos apertos que sofrem na carne.

De modo velado, continua aqui a velha discussão entre rigorismo e laxismo, entre a lei e seu rigor e as pessoas mortais pecadoras em seus contextos reais. Os extremos desta discussão que se concretizou nas atitudes pastorais dos confessores para com seus penitentes já foram condenados pelo

⁶ Para comparar: J. GROOTAERS / J. SELLING, *The 1980 Synod of Bishops “on the role of the family”*, Leuven: Peeters, 1983.

Santo Ofício⁷. Pela influência do neojansenismo, os seminários tradicionais do Brasil educaram o clero para o rigorismo, a disciplina e a execução literal das normas eclesiais. Posto entre a hierarquia e o povo de Deus comum, o ministério sacerdotal era mais orientado para cima, bispos, Roma, do que para o povo em seu ambiente cultural com seus costumes e tolerâncias.

Até hoje muitos sacerdotes sentem-se inibidos e pressionados entre a doutrina oficial da hierarquia e o povo, suas limitações, mudanças de estilos de viver e suas explicações de “que Deus me perdoe, mas não tenho outro jeito”, ou de modo simples: “Sei que os padres proíbem, mas Deus me entende”, ou que deixa expulsar o demônio numa igreja de crentes. Diante da problemática sexual que é apresentada no confessional, no parlatório e em conferências e reuniões, a identidade do ministro sacerdotal cambaleia entre a submissão à letra do código oficial e a compassiva e tolerante compreensão para com sua “clientela”.

A discussão não era nem é sobre “-ismos” teóricos numa disputa acadêmica, mas baseava-se e baseia-se em atitudes morais de preferência entre lei e pessoa real. Um cristão há de optar mais do que uma só vez entre a imposição da norma ou dar preferência à pessoa agente da moral em suas condições reais. Aqui cai a palavra bíblica de Jesus, que o homem não foi feito para a lei, mas a lei é feita para orientar as pessoas, situadas como estão, em direção ao Deus que os espera.

Os raciocínios podem ser de lógica impecável, mas a vida humana não se reduz a uma lógica intelectual, nem o Deus de Jesus se reduz a um legislador e juiz “sem face humana” de compaixão, misericórdia e tolerância, paciente para agüentar erros durante séculos. De um lado, há quem se apóie rigorosamente na lei e se sinta seguro por defender a ordem; de outro, há pessoas que vivem na insegurança e incerteza, mas confiam que a justiça de Deus inclui uma extremada misericórdia. No plano das pessoas, o rigorismo faz de toda norma, diretiva, rubrica, sem distinção, uma Lei de Medos e Persas, talvez nem sempre na observância pessoal, mas certamente nas exigências impostas aos outros. Em contraste com a ditadura disciplinar, o laxismo leva para este tipo de liberalismo que deixa correr tudo e todos: “Que se virem, contanto que não me toquem”. O zelo pela estabilidade da lei colide com as limitações e a insegurança dos agentes morais que vivem num clima cada vez mais complexo de mudanças. Provavelmente, esta fonte de conflitos acompanhará a humanidade até os finais dos tempos.

No fundo deste cenário, está a dinâmica da sublimação que se processa há mais tempo na reflexão moral teológica. Durante séculos, a teologia moral criou um sistema que objetivamente determina a separação entre o bem e

⁷ “*Jansenismus*”, “Port-Royal”, in H. DENZINGER / A. SCHÖNMETZER, *Enchiridion Symbolorum: definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. Barcelona / Friburgo. B. / Roma / New York: Herder, 1965; R. NEVEU, “L’autorité doctrinale de l’Église à épreuve du jansenisme”, *RHE* 95 (2000) 3, 196-210.

o mal na forma de normas positivas de agir e fazer ao lado de normas proibitivas de não agir e não fazer, deixando os agentes produtores do bem e do mal fora do código de conduta.

Desde que a teologia moral tornou-se “autônoma”, independente da grande construção teológica medieval, seus manuais começaram a servir mais às autoridades e aos confessores, em vez de focalizar os peregrinos humanos, santos e pecadores nesta terra. Essa pretensa objetividade venceu até à época do crescimento da psicologia e sociologia empíricas, que redescobriram a subjetividade singular dos agentes morais e produtores de valores construtivos da sociedade e de culpas humanas. Pela profunda crise da moralidade ocidental, externada nas tantas guerras e guerrilhas do século passado, a redescoberta da centralidade das pessoas humanas vivas, suas visões e responsabilidades tem recebido novas luzes no teatro global da humanidade⁸.

Na história cultural brasileira, a mulher-objeto, a “zona” da prostituição, a escravidão e a exploração dos trabalhadores na industrialização demonstram como uma moral objetiva podia afastar-se da realidade humana, humilhante, opressiva e violenta. Dois sinais de reforma surgiram, em tempos mais recentes, para dar um impulso personalista à construção da moral cristã. A Ação Católica começou a funcionar por cima da realidade concreta para humanizá-la pelo método do ver, julgar e agir. O mundo, que é campo de ação, está centrado nas pessoas vivas, sujeitos do bem-agir. E o Vaticano II concentrou a atenção dos teólogos moralistas na dignidade da pessoa humana, das pessoas presentes neste planeta e sua vocação à santidade pela graça e pelo amor, baseados na experiência religiosa e moral bíblica⁹.

Tanto a dignidade, quanto a vocação não são, em primeiro lugar, definições, mas estão encarnadas em pessoas de carne e ossos, caminhando pelo cenário humano deste mundo passageiro. Pessoas humanas não são objetos a serem manipulados. Não se deixam manipular. Palavras como “dignidade”, “vocação”, “amor” ganham sentido à medida que tomam formas concretas de atividades humanas reais. Para os escritores da teologia moral, por mais correto e perfeito que seu trabalho seja, uma lição de humildade levanta-se com um pouco da sombra trágica da cruz de Cristo. Pois seus produtos ficarão apenas no papel ou arquivo, morrendo aos poucos, se os agentes da moral não participarem do processo produtivo desde o início. Na comunidade eclesial viva, os fiéis não podem ser reduzidos a meros executores de decisões e decretos que voam acima de suas cabeças.

⁸ J. A. SELLING (org.), *Personalist morals*, Leuven: Peeters, 1988, e. o.

⁹ LG, 39-42, Vocação universal à santidade; GS, 12-22.

3. A solução cômoda

Para explicar o conflito entre a teoria moral e a prática de muitos casais católicos, a solução mais cômoda é a de se lembrar os termos “pecado”, “dureza de coração”, “cegueira”, “ignorância” e deixar tudo onde está. Que o confessor resolva a questão, é algo utópico, tendo-se em vista as atitudes ambivalentes dos confessores e as opiniões divididas entre o povo de Deus.

Jesus nem acusou e nem condenou a mulher adúltera e teve compaixão do rebanho sem pastor, e sua mensagem ao povo era: “Amai-vos uns aos outros”. De bom tom declarou que não veio para cuidar das pessoas de boa saúde, mas para curar os enfermos e libertar os pecadores. Os fariseus acusaram-no de comer com publicanos e pecadores. Em resposta, ele acusou os fariseus de sobrecarregarem o povo sofrendo com cargas pesadas em que eles mesmos não tocavam com um dedo sequer. Na convivência humana, há falhas e erros por todos os lados. Mas, se alguém de boa vontade quer tirar o cisco do olho do outro, é avisado de tirar primeiro a trave de seu próprio olho.

Em vez de armar discussões com vagas idéias de individualismo, mundanismo, hedonismo ou comodismo, convém lembrar a catequese deficiente dos adultos e a apresentação tradicional da moral sexual. Que “nosso povo é bom, mas ignorante” foi uma expressão bastante comum no século passado. Mas a relativa benignidade desta afirmação não chega a esconder que grandes parcelas do povo de Deus não chegaram a freqüentar os ritos da Igreja além da catequese infantil e da primeira comunhão. No entanto, seria unilateral colocar a responsabilidade deste abandono na conta dos católicos marginais. Igualmente unilateral seria reduzir a não observância dos católicos praticantes ao ouvir, mas não praticar.

Na comunidade da Igreja, a pergunta põe-se, porque a liderança eclesial não segura seu rebanho e não se comunica bem com seus fiéis numa linguagem que eles entendam. O gesto de Pilatos de lavar as mãos é barato demais para camuflar a distribuição real das responsabilidades e as causas ou culpas.

Na história do Brasil, um contraste claro apresentou-se entre as práticas do povo e o rigorismo da normatividade moral da Igreja. Depois do Concílio Tridentino, os manuais da teologia moral em latim para o uso do clero criaram uma imagem simples e uniforme da moral do sexto e nono mandamentos. Dentro do casamento sacramental válido e consumado e aberto à procriação, a vida sexual entre os cônjuges era lícita. Em redor deste espaço todas as atividades sexuais eram proibidas, sendo pecados mortais ou ofensas graves. O rigorismo neojansenista, importado no país via seminários incluiu os maus pensamentos, maus desejos e prazeres sexuais, por

mais espontâneos que fossem, na lista dos pecados mortais, cercando-os de demônios, fogo e torturas do inferno, descrito em cores vivas pelos pregadores e autores de livros devocionais¹⁰.

Sem olhar a situação dos escravos e pior ainda, das escravas, a análise da moral popular justifica falar de uma tripla moral de libertinagem para rapazes e homens casados, do rigorismo proibitivo para as moças e senhoras honradas e de tolerância e marginalização das mulheres perdidas na prostituição. Esta herança histórica deixou marcas profundas na consciência coletiva, especialmente do gênero feminino, de modo que a situação atual do comportamento sexual pode ser vista também como reação à opressão e inibição sexuais sofridas pela geração das mais idosas.

Porque os manualistas de teologia moral marcaram todas as normas proibitivas com *peccatum mortale*, a catequese e a pregação no Brasil usaram a “tradução” pecado mortal, sem claramente distinguir entre o lado objetivo e o lado subjetivo. Por causa deste negativismo que não se limitou à área sexual, o povo de Deus sofreu, em grande parte, o peso da culpabilização que se enquadrava nas idéias religiosas de castigo de Deus, demônio e condenação ao inferno de fogo e enxofre. Além do afastamento da Igreja, este conjunto levou à prática de ligar comunhão e confessionário. Para comungar uma vez, os fiéis precisavam “dizer seus pecados ao padre”. O que o povo de Deus tem sofrido com a negatividade dos pecados mortais (objetivos) não se deixa medir. Até a escrupulosidade teve sua fonte de martírio e deformação das consciências morais.

Em sua grande maioria, o povo de Deus vive intensamente no mundo, participa da vida social, econômica, política e está casado, com filhos, ou quer casar-se. Especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, os costumes na realidade multicultural brasileira mudaram muito, também na área do convívio entre os dois gêneros. Revistas ilustradas, rádio, televisão e filmes via Internet condicionaram outras maneiras de vida casada e familiar. A lei civil e penal e sua jurisprudência adaptaram-se mais ou menos, permitindo o divórcio e o recasamento e liberando os meios anticoncepcionais. Diante da penetração limitada da palavra da Igreja e da crise e insegurança atuais do casamento e da família, o impacto nas consciências dos fiéis é tão grande, que não somente a tolerância social está crescendo, mas até movimentos católicos da elite não se silenciam mais.

Nesta situação, a insistência na doutrina oficial em sua linguagem tradicional arrisca sua própria plausibilidade do ensino moral e catequético. Durante séculos, o público nas igrejas ficava em silêncio. Ao máximo, podia rir, se no jogo entre o burro e o sábio, apresentado por santos missionários,

¹⁰ Do A., “A ‘pecadofobia’ e sua gênese”, *REB* 59 (1999), 515-529; *idem*, “O triste cristianismo e Jesus de Nazaré”, *REB* 61 (2001) 586-601.

o burro fizesse uma pergunta ou observação engraçada, ou ficava arrepiado com as ameaças do inferno e gestos dramáticos dos pregadores. Esta situação mudou muito. Católicos de hoje têm maior escolaridade, dispõem de mais informações, possuem maior senso crítico e não ficam mais tão calados em conversas, reuniões e na mídia. No processo da emancipação, também a invocação da própria consciência moral tornou-se, para muitos, a última norma de agir nos apuros que o povo encontra e sofre.

Embora a expressão de que a ignorância é o oitavo sacramento continue ainda a funcionar, muitos católicos trocaram a ignorância por resistência, protesto e oposição na práxis a certas normas de consciência tranqüila. A este respeito, pensar em duas verdades opostas e dois caminhos de vida moral cristã está evidentemente fora de cogitação. Pensando na união do povo de Deus que Jesus mesmo pediu ao Pai e impôs aos seus discípulos, o caminho há de ser outro.

4. *Pistas teológicas*

Os documentos do Concílio Vaticano II, principalmente *Gaudium et Spes*, fornecem boas pistas teológicas na procura de harmonizar a doutrina moral sobre vida sexual, matrimonial e procriação.

4.1. *O princípio da encarnação*

Na procura de um fundamento racional do direito civil, Ulpiano, um jurista romano do século 6 d. C., tomou a natureza como base da produtividade legalista. A teologia moral assumiu esta teoria e desenvolveu a noção da lei natural, fonte de todas as normas morais, como se fossem seus derivados. Mais ainda, ancorou esta lei na lei eterna, e essa a Deus mesmo, segurança absoluta da normatividade na área que interessa aqui.

A mobilidade da percepção auxilia a compreensão dos métodos na moral. A pirâmide de Queops, no Egito, permite um duplo movimento de percepção; de cima para baixo ou do chão para o topo. O primeiro movimento cria um tipo de racionalização que o alemão chamaria de *Essenzethik*, começando com a definição de natureza (humana) ou dignidade humana, e interligando, a título de conclusão, todas as normas a este princípio. A força universal da norma provém do valor universal do princípio. De outro lado, seguindo o ponto de saída de Aristóteles, o *ethos*, o conjunto de costumes, valores, ideais, normas e expectativas para com os outros, que vive em uma população, fornece o material para formalizar crítica e corretamente o sistema real das normas. Este método depende mais da experiência coletiva da existência humana em comum.

Uma integração entre os dois métodos de reflexão não se deixa esperar, porque nos dois entram a limitação humana do saber e o risco do erro, embora o código de normas em redor de que procedem os dois costuma ser o mesmo. Igualmente uma escola de reflexão moral desenvolve-se, estrutura-se ao redor dos mandamentos de Moisés, reformulados no cristianismo, enquanto outra trabalha com as virtudes teológicas e as virtudes morais aristotélicas. O código normativo muda de tonalidade, mas não tanto de conteúdo. O *missing link* é o princípio da encarnação: o Filho de Deus aniquilou-se e assumiu a humanidade, tornando-se verdadeiro homem até nas fraquezas, limites, tentações e mortalidade, com exceção do pecado¹¹.

Não é de admirar que os dois movimentos não se integrem em resultados normativos iguais. Um sai da perfeição de Deus, que irradia sua luz perfeita sobre toda a inteligência humana, enchendo-a de idealismo perfeito e racionalizando o código moral; no outro, a reflexão começa com a realidade humana terrestre, compreendida por pessoas mortais, que vivem na condição humana, peregrinando para Deus.

Inevitavelmente, a descida e a subida expressam-se em linguagens diferentes. Uma é essencialista e platonicamente idealista, e a outra é existencial e empírica, incluindo os agentes morais, vivendo o tempo e o espaço desta terra transitória. Descendo de um Deus legislador, a teologia moral focaliza, define e explica as normas de agir, enquanto saindo dos sujeitos humanos, acentua mais as pessoas concretas, sua história pessoal e suas condições socioculturais e ambientais. O *ethos* de Aristóteles voltou com a análise da moral popular com suas percepções, sensibilidades, limitações e expectativas variáveis.

O ponto de encontro é o princípio da Encarnação. O Verbo fez-se carne e habitou entre nós¹². Nele, a divindade assume a humanidade em sua passagem entre concepção e morte. Por assim dizer, o Filho de Deus colocase do lado da vida humana criada, para experimentar no corpo e na alma as alegrias, a agonia e a cruz, com exceção do pecado¹³. Em seu aniquilamento, desceu para dentro da existência humana terrestre para, depois da ressurreição, subir ao céu, e sentar-se à mão direita de Deus Pai todopoderoso, como reza o Credo da fé. De lá, virá para julgar o sacerdote, o levita e o samaritano, conforme as obras de bem que realizaram pelos outros.

¹¹ Jo 1,1-14; Fl 2,5-11; D. von HILDEBRAND, *Die Umgestaltung in Christus*, Köln: Benzinger, 1950; J. SOBRINO, *Cristologia a partir da América Latina*, Petrópolis: Vozes, 1983; J. REITER, *Modelle christozentrischer Ethik*, Düsseldorf: Patmos, 1984, (Tillmann, Häring, Auer, e. o.); E. ARENS, *Christopraxis*, Freiburg / Basel / Wien: Herder, 1992; G. HOLOTIK, *Die pneumatische Note der Moralthologie*, Wien: Verband der Wissenschaftlichen Gesellschaften Österreichs, 1984, pp. 276-304.

¹² Jo, 1,14.

¹³ Jo 8,16.26; 5,21 etc.

O material evangélico coloca a pessoa de Cristo Jesus no centro a brilhar, depois de séculos de manuais de teologia moral, racionalizando as normas da tradição ocidental. O projeto de trabalho que o Concílio Vaticano II propôs aos teólogos moralistas tanto coloca Jesus Cristo e seu evangelho no centro como inspirador da exposição científica, quanto focaliza as pessoas, discípulos do Senhor, obrigadas a produzir frutos na caridade, para a vida do mundo¹⁴.

Pela sua vida encarnada, Jesus Cristo não somente fornece o material de uma ética do exemplo e seguimento ou uma ética social e política, mas também até uma visão mais íntima e mais extensa às pessoas humanas. As palavras de Jesus sobre a moradia do Pai, e a dele nos discípulos, e a imagem de São Paulo do corpo e dos membros criaram uma intimidade divina nos fiéis, que ultrapassa a intimidade deles em si mesmos. Por esta temática da Nova Aliança, o termo da “in-habitação” do mistério da Santíssima Trindade ganhou volume vivo pela graça da fé. Pelo preço de seu sangue, Jesus abriu o horizonte da libertação eterna para toda a humanidade, independentemente da época, etnia ou cultura. Deus não quer a morte de ninguém, mas que todos tenham vida, e a tenham em abundância¹⁵.

Em seu mistério, Cristo Jesus não é simplesmente o centro das mediações entre Deus e cada pessoa. Sua força comunicativa juntava pobres e pequenos, reunindo-os entre si em comunidade participativa e fraterna de troca mútua de serviços. Nas parábolas sobre o Reino de Deus, a *basileia*, Jesus sugere a unificação de seus discípulos entre si. Sua maneira de agir em público era convidativa para com todos que estavam carregando pesado fardo na vida, dando-lhes o exemplo de como se ajudarem mutuamente. Unidos ao Senhor no espírito, os discípulos colaboram na construção do Reino em formação no lugar em que cada um está e nas condições que vivem. Pela *diakonia* recíproca é que a *koinonia* do povo de Deus cresce e há de se tornar universal. A comunidade edifica-se pelos serviços de seus participantes.

Na esfera da comunidade, a orientação paulina de edificar-se mutuamente alcança, na vida matrimonial e familiar, uma intensidade dinâmica, cuja experiência escapa ao observador de fora. A caminhada de um casal ou dos pais com seus filhos envolve as pessoas de tal modo para o bem e o mal delas, que somente elas mesmas vivem o acontecer.

4.2. A universalidade das consciências morais

A nova Aliança em Cristo Jesus está marcada pela interiorização progressiva da lei de Deus por parte da humanidade. Conforme o profeta Jeremias, Deus não queria mais renovar a lei escrita em tábuas de pedra, mas escre-

¹⁴ Concílio Vaticano II, *Optatam Totius* 16.

¹⁵ Jo 10,10.

ver sua lei de amor e perdão no coração de cada pessoa, mudando-lhe o coração de pedra em coração de carne¹⁶. Até hoje, o povo pobre “raciocina” pelo coração, na linha do qual a nova Aliança fala de *synderesis* e consciência moral.

Em comparação com o termo germânico *Gewissen*, “consciência” é mais largo, precisando ser especificado pelo adjetivo “moral”, mas simboliza também o dinamismo interno deste instrumento de avaliação sensitiva e racional. Como central de decisões práticas, a consciência é chamada pelo Concílio Vaticano II de “núcleo secretíssimo” e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus. Na sua intimidade, as pessoas descobrem a orientação fundamental de sua vida, de amar a Deus e ao próximo e igualmente a ambivalência interna, simbolizada pela árvore da experiência do bem e do mal¹⁷. A evolução da consciência moral, formal e informal, não é uma história da pessoa fechada, particular, mas da sua convivência com os outros, desde o início da existência, com sua família, com a vizinhança, com os colegas de escola, com o ambiente sociocultural, com a aprendizagem da língua de seu povo. Seu desenvolvimento realiza-se com a comunidade de que faz parte e com a qual aprende a viver. Na realidade, a profundidade e extensão cognitivas e o grau de sensibilidade variam muito, mas o fenômeno da consciência é universal humano, dentro e fora do povo de Deus. Não é monopólio de ninguém e de nenhum grupo ou círculo de poder. Onde surgem conflitos de consciência entre pessoas que procuram a verdade, a abertura e o diálogo são o caminho certo.

Em sua obra *Decretum decreta*, de 1142, o jurista Gratianus, que separou pela primeira vez o direito canônico da teologia, transferiu a estrutura vertical da sociedade civil de nobres e plebeus para a Igreja, fazendo a separação entre o clero e o povo dos leigos. Esta dicotomia abriu a porta para a distinção entre a Igreja docente e falante e a Igreja discente e ouvinte em silêncio.

Esta prática foi abolida oficialmente pelo Concílio Vaticano II, embora sua sombra não tenha desaparecido na comunidade eclesial até hoje. Desde a *Lumen Gentium*, a Igreja apresenta-se primeiramente como o povo de Deus, em comunhão com o Pai por Cristo no Espírito Santo; e a vocação à santidade evangélica é universal para todos os batizados, sem distinção de classes sociais ou *status melior* de uma categoria¹⁸.

¹⁶ Jr 31,31; Ez 36,25-27; GS 16; E. SCHOCKENHOFF, *Das umstrittene Gewissen*, Mainz, Grünewald, 1990; P. J. BOYLE, *Parvitas materiae in sexto in contemporary Catholic thought*, Lanham / New York / London: University Press of America, 1987; J.R. JUNGES, *Evento Cristo e ação humana*, São Leopoldo: Unisinos, 2001, pp. 151-177; A. MOSER e B. LEERS, *Teologia moral: impasses e alternativas*, Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 145-168; F. van IERSEL, “Conscience, a social-ethical research”, in K.-W. MERKS / F. VOSMAN, *Aiming at happiness*, Kampen: Kok-Pharos, 1996, pp. 113-129.

¹⁷ GS 16; Gn 2,17.

¹⁸ LG Cap. II e V.

A comunhão do povo de Deus, reflexo do mistério da Santíssima Trindade que é sua fonte de vida e inspiração, desdobra-se na práxis da edificação da Igreja de Cristo num leque de atitudes virtuosas. Comunhão eclesial é união que ultrapassa as diferenças; é fraternidade que dá conteúdo real às palavras “irmãos e irmãs”; é diálogo aberto que procura o consenso dos fiéis; é co-responsabilidade e participação na construção do Reino de Deus; é comunicação em que todos são ativos na troca de idéias e propostas, na cooperação de cada um, conforme seu lugar e talento, e no respeito mútuo pela dignidade de cada participante¹⁹. Isso inclui que neste mundo de especializações científicas, muitos problemas morais exigem a colaboração de entendidos em medicina, biologia, política etc.

Palavras são nomes, cuja realização depende do esforço comum de dar-lhes conteúdo substancial. A complexidade do conhecimento humano leva atualmente a uma especialização progressiva. Muitos problemas morais precisam de especialistas em questões de bioética, economia e política. No entanto, sexualidade, casamento e família são experiências humanas comuns do povo e ultrapassam o âmbito da Igreja na variedade de etnias e culturas. Desta universalidade à natureza humana da filosofia grega é um passo só; mais um passo e surge a ligação com a lei natural da filosofia ocidental medieval, que forneceu a argumentação básica da moral cristã sexual.

Nos manuais pós-tridentinos da teologia moral, era costume citar apenas antecessores e autores contemporâneos, surgindo sem querer uma autonomia de círculo fechado. Não chegou a hora em que a comunhão do povo de Deus assumirá intencionalmente as experiências acumuladas da multidão laical, casada e criando família? Numa Igreja em que a emancipação dos leigos fez crescer tanto entre eles a conscientização da pertença ativa e co-responsável na vinda do Reino, eles receberam até o nome de protagonistas.

Tradicionalmente, a fronteira entre o bem e o mal baseava-se na natureza humana em que a biologia dava o tom. Por cima da problemática da sexualidade, vida casada e procriação, que surgiram na modernidade, foi a racionalidade criativa humana que apresentou solução. Seus inventores talvez não tenham sido ou não sejam cristãos, mas as gerações que desejam aplicá-las ou as aplicam na situação de sua vida são cristãos, católicos, cada um com sua consciência moral, ativada diante de uma realidade terrestre concreta.

Comunhão viva de pessoas batizadas, a Igreja depende em sua caminhada da cooperação conscienciosa de todos os membros. Em sua gênese, a reflexão moral não se limitou à lógica por cima de conceitos essenciais sem

¹⁹ A. LORSCHIEDER, “A comunhão eclesial e a possível conferência nacional dos católicos leigos”, *REB* 63 (2003) 243-257.

tempo nem espaço, sem sensibilidade nem corpo. A origem era o conjunto de orientações estáveis, baseadas nas maneiras de grupos sociais e povos construírem sua convivência. A experiência coletiva, vivida nas comunidades cristãs, não forma uma quantidade negligenciável de dados. Ao contrário, não exige uma atenção acurada, antes de subir na esfera abstrata da filosofia que domina a teologia moral tradicional?

4.3. *As realidades terrestres*

De São Paulo é a expressão “a figura deste mundo passa” em função da novidade que a *parousia* faz esperar²⁰. O que o homem medieval chamava de segunda morte, a morte corporal, não tira a vida das pessoas, mas muda-a profundamente. À luz da fé em Cristo ressuscitado, os filhos e filhas de Deus esperam passar pela porta da morte para a vida eterna. Com esta passagem, porém, suas atividades nesta terra e as realidades terrestres em que vivem como peregrinos desaparecerão.

Numa discussão sobre a ressurreição, Jesus mesmo disse que no céu não se casa e nem se dá em casamento²¹. Também a procriação de filhos estará terminada. Os banquetes, com Lázaro com fome na porta, não continuarão. Aquisição e venda de bens materiais, a partilha de pão ou túnica e o papel do bom samaritano não se realizarão mais. O desemprego de trabalhadores ociosos na praça acabou. No céu não haverá nem dor nem choro, que não faltam nesta terra de passagem. Desastres e vítimas por erro humano, nem guerras e bombardeamentos acontecerão mais.

De fato, em sua vida, o povo de Deus passa por duas fases, a passagem de peregrinos por este mundo terrestre, e a fase em que, depois da morte, o mistério da Santíssima Trindade se revelará em toda sua beleza e glória para os justos, libertados do seu último inimigo pela graça de Cristo ressuscitado. No período terrestre da existência humana, a transitoriedade, a idéia da passagem e da travessia fazem da ética uma verdadeira “ética do ínterim”, em cujo fundo está o ser humano limitado, inacabado e imperfeito ainda.

A sensibilidade pelo caráter transitório de tantas facetas da vida no mundo atual, leva a perceber o que o Concílio Vaticano II chama de autonomia das realidades terrestres²². Aumento da produção de alimentos e a fome de milhões, desmatamento e plantação de árvores, melhoramento da qualidade de vida e as várias formas de poluição, combate ao analfabetismo e

²⁰ 1Cor 7,31.

²¹ Mc 12,25.

²² GS 36; M.D. CHENU, “A missão da Igreja no mundo de hoje”, in G. BARAÚNA, (red.), *A Igreja no mundo de hoje*, Petrópolis: Vozes, 1967, pp. 337-356.

crise da família formam apenas uns elementos do vasto quadro das realidades que são exclusivamente terrestres de todo dia. Sejam feitos da natureza cósmica ou biológica, sejam resultados do trabalho humano, estas realidades temporárias têm suas ambivalências, limitações e defeitos como os próprios seres humanos, diante de Deus, santos e pecadores, limitados em suas virtudes e culpas.

Com suas leis e valores próprios, as realidades terrestres são pesquisadas e analisadas pelo homem que aproveita ou abusa delas. Durante muitos séculos, a realidade do sexo, do casamento, da procriação tiveram um núcleo central tranqüilo constituído por um homem e uma mulher, tornando-se uma só carne, e a consequência comum, os filhos. No século passado, começaram as novidades da anticoncepção, da reprodução assistida, do divórcio, do recasamento, mudando os quadros tradicionais e interrogando os cristãos casados e solteiros. Especialista em teologia moral nem todo mundo é. Mas espera-se, de fiéis maduros, que saibam usar sua cabeça.

O Concílio Vaticano II reconhece a duplicidade da ordem eclesial e da ordem do mundo terrestre, e abandona decididamente a teoria medieval que dava à autoridade papal todo o poder sobre o céu e a terra. Este reconhecimento dá liberdade às ciências sob a cúpula de Deus Criador do universo. Mas valoriza também a experiência que as pessoas acumulam em sua convivência social na terra, de que a vida casada e a vida familiar são exemplos especiais. Nesta área, tanto as práticas sexuais e afetivas quanto os tabus e proibições pertencem à figura deste mundo presente e formam o *ethos* em que a chamada "lei natural" formou-se, universalmente independente do poder eclesial.

Proclamando a autonomia das realidades terrestres, o Concílio deixa claro que esta autonomia não dispensa o poder de Deus nem o senso criatural das pessoas. A expansão gradativa do poder prático, científico e técnico sobre as coisas criadas e as próprias sociedades humanas organizadas por leis e valores próprios correspondem ao projeto do Criador, enquanto o realizam, promovendo o bem comum de toda criação. Mesmo se os avanços na humanização do mundo terrestre são feitos sem referência religiosa, o povo de Deus se enriquece com o progresso verdadeiro humano e assume-o com gratidão, aproveita da evolução histórica e colabora nela por participação competente²³. O próprio Concílio especifica as realidades terrestres em sua reflexão sobre a posição e a atuação da Igreja no mundo atual. São a vida casada e familiar de que aqui se trata, a cultura, a economia e a política nacional e internacional²⁴.

²³ GS 44; LG 13.

²⁴ GS parte II, 47-52, sobre a promoção da dignidade do matrimônio e família.

Desde a Antiguidade, as culturas ocidentais conheciam uma fórmula simples da vida sexual: se um homem e uma mulher tornam-se uma só carne, costumam gerar filhos e filhas. A idéia era de que o homem fornece a semente, e a mulher forma a terra que a recebe passivamente e faz desenvolvê-la até o nascimento. Só com a invenção do microscópio, no século XVII, os biólogos começaram a descobrir e divulgar que o homem e a mulher colaboram, cada um com a metade, na formação dos novos seres. Principalmente no século passado, o acento mudou da procriação ao amor, e da geração automática para a paternidade responsável pelo nascimento e pela educação, cada vez mais exigente, dos filhos.

O século passado deu mais sinais de mudança na vida casada e familiar. Pela emancipação da mulher, pela igualdade, a tradicional dupla moral entrou em crise. A crescente instabilidade familiar aumentou as separações e os divórcios com graves conseqüências para os filhos jovens. Além disso, a ciência descobriu vários métodos de separar a prática íntima do amor conjugal e a “naturalidade” da gravidez e da procriação dos filhos. A racionalidade científica chegou a regularizar o processo biológico orgânico, abrindo maior liberdade ao amor e fazendo da geração de filhos uma opção responsável.

Contudo, o progresso do conhecimento científico e a evolução sociocultural não chegam a eliminar a limitação, o sacrifício, a restrição na área conjugal e familiar. A famosa frase de Goethe, “Na limitação é que o mestre se manifesta”, vale também para a arte de viver e conviver humanamente. Mais do que nunca, na sociedade complexa, um casal, uma família hão de fazer opções que restringem seu potencial de vida e obrigam a sacrificar possibilidades humanas próprias para manter o ritmo de sua continuação de seres humanos terrestres, na intimidade de seus lares e no mundo lá fora. Todo amor verdadeiro é fecundo, mas a plenitude de sua dinâmica segue a mesma linha do ideal de perfeição humana para a qual Cristo convida seus seguidores.

4.4. Os leigos do povo de Deus

O termo “leigos” é infeliz e desgostoso, mas por agora não apareceu um artista para criar uma palavra melhor e mais positiva. Na boca do povo, o termo está ligado à incompetência em cumprir uma tarefa e à ignorância sobre um determinado assunto. Em ambiente eclesial, entra uma longa história de segunda categoria, a multidão que enche o espaço das igrejas em silêncio, que se levanta, senta-se e dá um dinheirinho na coleta²⁵.

²⁵ J. COMBLIN, *O povo de Deus*, São Paulo: Paulus, 2002; LTK, *Das zweite Vatikanische Konzil*, I: LG (Grillmeier S.J., 176-209; Klostermann, 260-283); II: GS (Auer, 377-397; Häring, 423-446); B. KLOPPENBURG, *Concilio Vaticano II*, 5 vol., Petrópolis: Vozes, 1962-1966; G. BARAÚNA, *op. cit.*, (Smulders, Chenu, 312-356).

De fato, os tempos melhoraram, e o Papa Pio XII já não queria saber mais do termo “emancipação dos leigos”. Depois da saída mais ou menos tácita de tantos intelectuais, operários e mulheres da Igreja clerical, o clima está mudando, embora a promoção e a participação dos leigos deixem ainda muito a desejar. O ranço do clericalismo hegemônico, que mandava e decidia na vida dos fiéis, ainda não sumiu completamente e deixa seu cheiro de mofo no espaço eclesial terrestre.

Desde a bênção inicial de Deus sobre os homens e as mulheres²⁶, o mundo terrestre foi um vasto canteiro de obras sob a responsabilidade deles. Eles tinham de crescer, multiplicar-se, organizar-se, cuidar e administrar a terra e tudo o que havia nela. Mas nem no plano pessoal, nem no nível das organizações humanas, nem no cultivo das terras e dos mares, a história era ou é tranqüila, pois, muitas vezes, a bênção de Deus torna-se maldição pelo egoísmo, vaidade e malícia de pessoas e de povos.

A experiência do bem e do mal não se limita aos mitos religiosos e à história da Bíblia hebraica, mas está espalhada e expressa em toda a evolução histórica do gênero humano numa variedade de formas. A força simbólica da árvore do bem e do mal e da violência de Caim contra Abel ultrapassam as fronteiras do Oriente Médio e deixaram suas marcas em lendas e lembranças de povos sem escrita, para abundar no progresso ambivalente da história escrita do passado e da mídia atual.

Esta amplitude empírica corta qualquer imaginação de a Igreja e sua hierarquia terem o monopólio e estarem na origem desta compreensão interpretativa da existência humana. Antes e fora do povo de Deus e sua liderança, a mistura entre o bem e o mal pertenceu e pertence às realidades terrestres, assumidas e realizadas por tudo quanto há de humano e demasiadamente humano na humanidade que, vivendo e trabalhando neste mundo, expressa o mistério de Deus criador e o mistério da iniquidade²⁷.

Imagem de Deus e primogênito de toda criatura, Jesus nasceu judeu e não pertencia à classe sacerdotal. Pela sua vida, morte e ressurreição, abriu, para todo o gênero humano, o horizonte da esperança feliz de ver a Deus face à face. Conforme Lucas, revelou-se ao público da sinagoga de Nazaré, comunicando que foi ungido pelo espírito de Deus para evangelizar os pobres, abrir os olhos dos cegos e libertar os oprimidos. Para o evangelista João, o primeiro sinal de Jesus era a mudança da água em vinho numa festa concorrida de casamento, prelúdio do outro sinal de água e sangue que corriam do coração de Jesus morto na cruz. Muitos outros sinais Jesus realizou, curando cegos, mudos, surdos, aleijados, leprosos, perdoando pecadores e dando ao povo nova vontade de viver em direção a Deus, seu Pai.

²⁶ Gn 1,18.

²⁷ GS 37-38.

Vinte séculos depois, o Concílio Vaticano II definiu de novo a missão de Jesus, o Senhor, de formar um povo no Espírito para, no fim, oferecê-lo ao Pai. Em sua consciência coletiva, iluminada pela fé, a Igreja sabe-se o povo de Deus, congregado em redor do altar para celebrar a glória de Deus. Batizados pela água e pelo Espírito, todos são iguais membros do Corpo de que Cristo é a cabeça, a fonte da vida e a abundância da graça. Todos são filhos e filhas de Deus e têm igual dignidade. Juntos ajudam a construir, pela sua práxis, o Reino de Deus. Deste povo de Deus, a quase totalidade são leigos.

Quando Paulo procura restaurar a unidade e a concórdia na comunidade de Corinto, dividida por facções, ele argúi, em estilo rabínico, que os fiéis todos são de Deus, de Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus e não pertencem a qualquer líder humano, seja Paulo, Apolo ou Cefas, que são apenas servidores de Deus e administradores do mistério de Deus. E dirigindo-se a todos membros da comunidade, ele conclui: “Tudo pertence a vós: Paulo, Apolo, Cefas, o mundo, a vida, a morte, as realidades presentes e as realidades futuras; tudo é vosso, mas vós sois de Cristo e Cristo é de Deus”. Todos os batizados, os leigos e aqueles que estão a serviço deles, são de Cristo, templos do Deus vivo e templos do Espírito Santo²⁸.

Para conscientizar melhor seus irmãos e irmãs da nova vida em Cristo e animá-los a se tornarem de verdade *Christifideles*, fiéis a Cristo e confiantes em Cristo, Paulo usa o símbolo do corpo humano. Cristo é a cabeça, que fornece vida e energia ao corpo todo e a todos os membros, sejam leigos no mundo a construir ou ministros da palavra e do altar. Apesar das diferenças em dons e funções, todos os cristãos estão unidos em Cristo e fazem parte de seu corpo, de modo que ninguém pode dizer ao outro: eu não preciso de você²⁹.

Depois de séculos sendo rebanho silencioso e passivo, muitos leigos se conscientizaram de sua função de colaboradores da missão evangélica da Igreja de Cristo e de atores co-responsáveis da edificação do Reino de Deus neste mundo. Por um longo texto na constituição dogmática sobre a Igreja, como ela se vê e vive a si mesma, o Concílio Vaticano II compôs o fundamento teológico da posição e do papel dos leigos no seio dela e do mundo de que o povo de Deus faz parte. Nem os próprios Padres do Concílio nem os próprios católicos leigos aceitam mais um clericalismo dominante que reduz a multidão de leigos a uma massa de segunda categoria ou a objetos manipulados pelo poder na Igreja de Cristo.

Na totalidade do povo de Deus, ao lado dos ministros ordenados e dos religiosos, que são uma pequena minoria, os leigos têm seu próprio múnus distinto. Certamente são convocados por Deus para serem membros de seu

²⁸ 1Cor 1,24;3,16.21-22; 4,1; 6,19; 2Cor 6,16.

²⁹ Cf. Rm 12,4-9; 1Cor 12,12-30.

povo, estão incorporados em Cristo, e o Espírito Santo ilumina-os. Além da experiência de vida que acumulam, eles desenvolvem seu senso de fé e seus carismas. Participam ativamente da Igreja e são até ministros exclusivos do sacramento do matrimônio. Pondo o evangelho na prática de cada dia, recebem constantemente o poder de envolverem-se no fluxo grandioso e arriscado que unifica todas as criaturas em Cristo, a fim de Deus tornar-se tudo em todos³⁰. Para cada um, a sua maneira, este poder é missão responsável, pessoal e comunitária de melhorar o mundo, de modo que a face de Cristo resplandeça mais pelo esforço deles. Pois evangelizar não é simplesmente multiplicar palavras, mas ajudar a construir uma nova terra humana.

As coordenadas em que o povo de Deus existe e age e, conseqüentemente, nas quais os leigos vivem e atuam, são os três mistérios: o da criação contínua por parte de Deus; o mistério da iniquidade, que se expressa pela injustiça, exploração e violência humanas; e o mistério da libertação em Cristo, que unirá tudo e todos para oferecê-los no fim ao Pai. Na perspectiva da transitoriedade, os leigos cristãos vivem em interdependência e em sistema de trocas e doações com os outros, formando com eles o gênero humano contemporâneo. Tomados da terra, cuidam da terra e trabalham na terra para torná-la mais habitável e melhorar o bem-estar de seus irmãos e irmãs. Mas o horizonte da fé e da esperança transcende a figura deste mundo e visa à eternidade com seu Deus, que continuará depois da morte corporal.

Pela participação eucarística, os leigos celebram os três mistérios. São criaturas de Deus que oferecem, com o pão e o vinho no altar, sua própria vida e obras. São pecadores que constantemente são lembrados da alegria de Deus em reconciliá-los consigo e dar-lhes mais vida pela memória da morte e ressurreição de seu Filho, Cristo Jesus. São alimentados pela comunhão e iluminados pelo Espírito Santo para continuar e intensificar sua colaboração com a realização do projeto libertador de Deus em vista de uma convivência mais humana e fraterna neste planeta, na esperança de uma nova terra e um novo céu. A adoração do Cordeiro de Deus já une agora esta vida à revelação do céu³¹, sublimando de longe o famoso quadro medieval de Jan van Eyek. De fato, pela comunhão eucarística e pela união em casa, os casais e as famílias cristãs participam duas vezes, como comensais, da mesa do Senhor.

4.5. Protagonistas no mundo atual

A acumulação maciça de tantas fórmulas que propõem as qualidades dos católicos leigos na Igreja e no mundo é proposital por dois motivos. O que vale para a totalidade do povo de Deus, vale também para os Cristofiéis

³⁰ 1Cor 15,27-28.

³¹ Ap 14 e 19.

leigos, incluindo a distância provocadora entre a missão e a realidade que acontece. O ser humano contém a ambigüidade de ser santo e pecador durante sua peregrinação por esta terra. Mais importante, porém, é a seguinte pergunta: se a vida e a práxis dos leigos são de tanto valor na edificação do Reino de Deus neste mundo, por que então sua riqueza é tão pouco aproveitada na procura de orientações seguras para a prática do Evangelho na época atual? Se o senso da fé é reconhecido neles, por que seu papel na formação da consciência coletiva e pessoal desempenha um papel tão limitado na formulação das normas morais?

Falta, porém, ainda um passo a ser dado, porque não se trata apenas de uma participação maior ou menor. “Emancipada” no século XVI, a teologia moral começou uma longa série de manuais, incluindo o sexto e nono mandamento. Embora certas influências da Bíblia, das culturas latinas e germânicas sejam perceptíveis, a marca registrada é a citação de frases de moralistas anteriores. Todos estes autores eram sacerdotes celibatários e intelectuais, uma situação que mudou muito pouco. A participação de leigos casados e pais de família não existiu ou ficou escondida atrás do sigilo sacramental que encobre geralmente o lado negativo da vida conjugal e familiar. Pregação e catequese semearam uma síndrome de medo, pecado, demônio e inferno na alma de muitos fiéis.

Com o prelúdio de movimentos laicais e de teólogos como Thils, Congar, Chenu, Rahner, Auer, Haering, o Concílio Vaticano II oficializou, em seus textos, a “recuperação” dos leigos e de seu papel na Igreja e no mundo. Os documentos do CELAM e da CNBB colocaram teoria e prática dos leigos no contexto latino-americano e brasileiro. Nesta ampla literatura oficial sobre o assunto, peça tão importante na realidade eclesial, está crescendo o uso da palavra “protagonista” a fim de caracterizar a missão do laicato católico.

O termo “protagonista” é de origem grega de *protos*, “primeiro”, e *agonista*, “personagem principal, mais importante”, no teatro, numa batalha ou luta na história real e na vida cotidiana³². Ao contrário dos filmes modernos de violência e sexo, o antigo teatro grego não apresentava no palco os fatos históricos, mas sim um mito de deuses e heróis, uma batalha, um drama de família. Estes acontecimentos eram narrados e lembrados ao público cena por cena pelo ator principal em diálogo com os atores secundários, os deuteragonistas, e intercalados com cantos corais. Nas batalhas, o protagonista era o lutador que lutava na frente dos outros; nos esportes era o competidor com maiores chances.

³² J. B. MELLO e SOUZA, *Teatro grego*, Rio de Janeiro: Jackson, 1964, V-XVIII; J. de SOUZA BRANDÃO, *Teatro grego: tragédia e comédia*, Rio de Janeiro: Jackson, 1964, 2ª ed., pp. 9-16.

Parte de longe mais numerosa do povo de Deus, os leigos batizados participam, pela vontade de Cristo e de seu Espírito, da missão global libertadora da Igreja, sendo sal, luz e fermento no espaço humano em que vivem sua passagem. Fazem parte, em sua condição de cristãos, da função profética, sacerdotal e régia ou real que o Senhor comunicou à comunidade eclesial. Na realidade, esta função tríplice não é apenas uma graça ou dom gratuito de Deus, mas uma missão evangelizadora de abrir os olhos da humanidade e libertá-la da prisão de seus males.

Para os leigos, as tarefas responsáveis de participação ativa e missão de evangelização incluem a qualidade específica da secularidade. “Não vos conformeis a este mundo”, avisou o apóstolo Paulo³³, porque o mundo humano não é o paraíso, mas mistura de virtudes e defeitos, serviços bons e injustiças. Neste contexto, o leigo, com sua índole secular, encontra seu terreno específico onde enfrentar realidades terrestres, onde viver e proclamar o evangelho e ajudar, pela sua competência e dedicação, a vinda do Reino de Deus, com sua justiça, fraternidade, solidariedade, perdão e paz.

“Participação”, “missão” ou “ação evangelizadora”, “mundo”, “secularidade”, “realidades terrestres” ou “temporais” são termos comuns na doutrina contemporânea da Igreja sobre o papel dos leigos. Entre os documentos do Concílio, de Paulo VI, de João Paulo II, de Puebla, de Santo Domingos, da CNBB, há certa variedade de termos e acentos, como na realidade há distância entre a doutrina da Igreja e as visões e práticas dos fiéis leigos. Seja como for, os termos servem de linhas mestras para o projeto global da vida evangélica dos leigos cristãos que vivem no mundo como operários em seu campo de trabalho e de serviço.

Para o teólogo moralista, o problema é o acréscimo do termo “protagonista” na teologia do laicato. Se este termo tem valor vivencial e persistência, qual é seu impacto na teoretização já formada? As realidades terrestres começam, no Concílio Vaticano II, com a vida matrimonial e familiar e terminam com a política, ao passo que a *Evangelii Nuntiandi*, de Paulo VI, inverte a lista e termina com o amor (conjugal), a família e a educação dos filhos. De qualquer maneira, a vivência conjugal e familiar está na esfera das realidades terrestres deste mundo passageiro.

Se os cristãos leigos, em seus dois gêneros, são protagonistas na área do matrimônio e da família, é a participação na vida e na ação da Igreja, povo de Deus, que abre uma nova perspectiva. Num grupo social, a participação é um conceito elástico, que encobre uma vasta variedade de pertença e atitudes, desde o líder carismático, que concentra as atenções e ações dos fãs, até aquele cujo nome está apenas registrado, mas nunca aparece. Na Igreja, o clericalismo tem reduzido a participação dos leigos no passado. Hoje em dia, os leigos participam mais ativamente nas celebrações e pastorais locais, embora seja o grau de comunicação diverso, e o número de

³³ Rm 12,2.

católicos nominais ultrapasse os praticantes. Vários movimentos de casais e famílias estão dando novos impulsos à edificação e irradiação da Igreja.

Os Cristofiéis, com sua própria vida, têm sua raiz na generosidade gratuita de Deus, de um lado, e são uma história humana, do outro. Interligado ao símbolo do corpo de Cristo, de que todos os batizados são membros igualmente, o hino da caridade verbaliza tanto o mistério de Deus, quanto a responsabilidade e a missão primária dos cônjuges humanos³⁴. Por isso, nas condições terrestres, o amor não é paraíso, mas inclui sombra, perdão, sacrifício. De maneira própria, o “amai-vos uns aos outros” completa-se na convivência casada e familiar com o “suportai-vos uns aos outros” e “carregai os fardos uns dos outros”³⁵. Porque nenhum peregrino já é perfeito, as limitações não se impõem apenas da parte do próprio agente moral, mas na companheira ou no companheiro, e levam ao sacrifício de desejos e talentos em favor do outro. Aqui aparece o protagonista, o lutador que enfrenta os desafios e baques da vida, revestindo-se da armadura de Deus³⁶.

Se o uso do termo “protagonista” tiver consistência na linguagem teológica, os casados cristãos serão os agentes principais e mais importantes na sua edificação mútua e da educação de seus filhos, pois a palavra *protos* coloca-os na frente dos outros e na primeira fila, pela sua responsabilidade conscienciosa de construir seu lar e, de sua parte, construir a Igreja. Pelo serviço, dedicação e sacrifício dos casais, é que os códigos familiares da Nova Aliança tornam-se realidade interpessoal e eclesial. Assim, uma verdadeira ética do bom exemplo funcionará por eles na comunidade do povo de Deus e atrairá a atenção benévola da sociedade humana. Seria a repetição do fato de o público ficar admirado de como os primeiros cristãos amavam-se realmente uns aos outros.

Apesar da segurança e da esperança escatológica que a graça da fé proporciona, qualquer casal cristão do mundo contemporâneo sabe, por experiência de corpo e alma, como sua caminhada é condicionada por dependências, surpresas, fatalidades e desafios que complicam seriamente a boa vontade. Inseridos vivencial e profissionalmente na realidade sociocultural e político-econômica, os Cristofiéis casados e pais de família enfrentam, em suas consciências, problemas muito complexos. Na vida, há tantos nós a desatar, que psicólogos e psiquiatras têm muita clientela.

Nos últimos séculos, a vida ocidental complicou-se de modo impressionante. A resposta da teologia moral foi a concentração no código de normas e sua racionalização para o uso dos confessores. Foi um paradoxo curioso. Onde se esperava mais atenção à complicação das consciências morais pessoais dos penitentes e suas condições, a energia foi gasta na

³⁴ 1Cor 12 e 13.

³⁵ Jo 15; Rm 12; Gl 6,2.

³⁶ Ef 6,10-17.

multiplicação de normas e pecados, justificados com as citações de moralistas anteriores. No confessional, porém, era necessário entender primeiramente a culpa verdadeira dos pecadores reais, enquanto a construção das normas em vigor eventualmente seguia depois. Mais ainda, o material da vida matrimonial e familiar é tão arcaico que, anterior a qualquer codificação oficial, já formou as tradições e costumes dos povos mais primitivos que a antropologia cultural comparada fez conhecer.

A gênese da moral normativa leva à medula do problema. Se os casais cristãos são aqueles que experimentam a problemática moral da vida casada e familiar e são os protagonistas, os primeiros e principais agentes conscienciosos nesta realidade terrestre e temporária, por que não têm voz ativa e papel mais importante e decisivo na formação das normas morais? Se eles são os sujeitos responsáveis pela construção de sua convivência íntima e familiar, suas avaliações e atitudes experimentadas na práxis não merecem uma participação maior nas orientações éticas da vida?

Moral não é um empreendimento racional ou técnica lógica. Precisamente na moral cristã e para com os fiéis que procuram seguir a Cristo pelo seu Espírito, espera-se que a maneira de agir de Jesus, continuada pelos cristãos já há vinte séculos, seja mais inspiradora e eficaz do que o negativismo de pecados objetivos. A quase totalidade dos teólogos moralistas católicos não dispõem da bagagem moral que os casados e pais de família carregam com suas falhas e limitações de pessoas humanas imperfeitas e incompletas, acertando e mancando por esta terra transitória.

Protagonista é algo mais do que uma palavra, um modismo? Seria pena, se este termo passasse com a rapidez da moda, pois, sendo de raiz antiga, abre um novo horizonte para os leigos que são membros do povo de Deus e vivem, agem e trabalham no mundo de hoje. O evangelho abrange e ilumina o universo criado todo de que Cristo é o primogênito e o fim. Nesta trajetória, os leigos têm seu papel próprio no vasto campo das realidades terrestres. Neste campo, não são eles os agentes responsáveis principais e formadores primários da moral?

5. Diálogo e convergência

“Duro com duro não dá bom muro”, diz o povo. Isso vale também para a construção da teologia moral do povo de Deus, em que o profissional moralista está entre dois fogos: os casais Cristofiéis e o Magistério doutrinário da Igreja.

Naturalmente há interrogações. Para quem vive e trabalha no mundo complicado de hoje, que produz novidades a cada dia, existe o risco da contaminação com o lado sombrio deste mundo, que leva a marca de Adão e

Eva. Da parte do Magistério, há o risco de esquecer que o Concílio Vaticano II nuançou a mudança recente da fórmula clássica da fé e dos costumes (do culto) para fé e moral, uma extensão que obnubila a autonomia das realidades temporais, o campo específico do trabalho dos Cristofiéis leigos³⁷.

A fim de chegar a um consenso, decretos e imposições têm pouco efeito numa sociedade em que muitos cristãos procuram, desiludidos, seu próprio caminho para Deus. Diálogo e convergência prometem resultado melhor. Ambos supõem a tática paciente de ouvir o que o outro há de comunicar e supõem a vontade sincera e a mente aberta a compreender o outro em sua alteridade e aprender dele. Se o saber é um poder, é bom lembrar-se que a margem entre autoridade e autoritarismo é estreita. Exatamente um diálogo aberto obriga ambas as partes ao discernimento do material que o outro fornece, mas exige a auto-crítica para com as posições que o interlocutor mantém de seu lado. Jesus deixou a sabedoria de que é mais fácil constatar o cisco no olho do outro do que a trave no olho de si mesmo. Nem o diálogo nem a convergência são caminhos fáceis ou estradas largas. "Dar tempo ao tempo" é uma expressão que tem raízes profundas na experiência da vida humana.

Bernardino Leers OFM formou-se em teologia, ramo da moral, na Holanda e doutorou-se em Roma (1951). Desde então vive no Brasil. Foi professor na PUC-Minas, Belo Horizonte, MG, no ISI-CES, Belo Horizonte, MG, e no INESP, Divinópolis, MG. É autor de numerosos artigos em revistas especializadas. Suas publicações mais recentes são: *Moral Cristã e Autoridade do Magistério Eclesiástico*, Aparecida: Santuário, 1991; *Família, Casamento, Sexo*, Petrópolis: Vozes, 1992; *Um Jeito de Viver*, Petrópolis: Vozes, 2000; *Homossexuais e Ética Cristã*, Campinas: Átomo, 2002.

Endereço: Caixa Postal 16
35500-970 Divinópolis – MG

³⁷ J. I. GONZÁLEZ FAUS, *A autoridade da verdade*, São Paulo: Loyola, 1998; do A., *Moral cristã e autoridade do Magistério eclesiástico*, Aparecida: Santuário, 1991; P. de LOCHT, *Morale sexuelle et Magistère*, Paris: Cerf, 1992; K. T. KELLY, *New directions in moral theology*, London: Cassel, 1992, 138-160; J. MAHONEY, *The making of moral theology*, Oxford: Clarendon, 1987, 116-174; B. SESBOÛÉ, "The relationship of the Roman to the ordinary and universal magisterium", *Theology Digest* 50,1 (2003) 53-57; do A., "Uma moral de convergência", *Perspectiva Teológica* 23 (1991) 299-316; A. MELLONI, "Sofrer por causa da Igreja: uma questão em aberto no catolicismo contemporâneo", *Concilium* 299 (2003) 109-124; J. R. QUINN, *Reforma do Papado*, Aparecida: Santuário, 2002.